



PODCAST

Conciliando desiguais: a mediação do STF no marco temporal

Aline Pellegrini 19 de fevereiro de 2025 (atualizado 20/02/2025 às 22h32)

Gilmar Mendes apresenta minuta sobre Lei do Marco Temporal em comissão de conciliação sobre o tema. Texto encontrou resistências de todos os grupos envolvidos

O **Nexo** depende de você para financiar seu trabalho e seguir produzindo um jornalismo de qualidade, no qual se pode confiar. Conheça nossos planos de assinatura. **Junte-se ao Nexo!** Seu apoio é fundamental.

COMPARTILHE



As disputas em torno do marco temporal se estendem mesmo depois da decisão de 2023 do Supremo que derrubou a tese. O tribunal criou uma comissão de conciliação para tentar chegar a um consenso sobre o tema com os que defendem restringir a demarcação de terras indígenas e com os que refutam a tese. O Durma com Essa desta quarta-feira (19) explica os desdobramentos das discussões do grupo.

O programa tem também **Isadora Rupp** explicando o que acontece após a denúncia contra Jair Bolsonaro apresentada pela Procuradoria-Geral da República, **Marcelo Montanini** falando sobre o escândalo envolvendo o presidente argentino Javier Milei e uma criptomoeda, e **Antonio Mammi** comentando o caso dos artistas falsos no Spotify.



Conciliando desiguais: a mediação do STF no...

Gilmar Mendes apresenta minuta sobre Lei do Marco Temporal em comissão de conciliação sobre o tema. Texto encontrou...



SHARE SUBSCRIBE DESCRIPTION



Assine o podcast: [Megaphone](#) | [Apple Podcasts](#) | [Deezer](#) | [Google Podcasts](#) | [Spotify](#) | [Outros apps \(RSS\)](#)

Edição de áudio **Brunno Bimbati**

Produção de arte **Lucas Neopmann**

Transcrição do episódio

Aline: As disputas políticas em torno do marco temporal se estendem mesmo depois da decisão de 2023 do Supremo de declarar a tese inconstitucional. O tribunal criou uma comissão de conciliação pra tentar chegar a um consenso entre os que defendem restringir a demarcação de terras indígenas e os que refutam a tese. Mas seis meses de discussões do grupo resultaram numa minuta do STF que não agrada nenhum dos lados. Eu sou a Aline Pellegrini e este aqui é o Durma com Essa, o podcast semanal de notícias do Nexo.

[vinheta]

Aline: O programa desta semana tem também Isadora Rupp explicando quais as provas que pesam contra Jair Bolsonaro na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República, tem Marcelo Montanini falando sobre o escândalo envolvendo o presidente argentino Javier Milei e uma criptomoeda, e tem também Antonio Mammi comentando o caso dos artistas falsos no Spotify.

[trilha]

Aline: O gabinete de Gilmar Mendes apresentou na segunda-feira um documento com sugestões de alterações na chamada lei do marco temporal. A minuta do ministro do Supremo Tribunal Federal, que é relator de pelo menos cinco ações sobre o tema, traz sugestões pra acabar com o impasse sobre a legislação.



comissão de conciliação que foi montada por Gilmar pra discutir o assunto depois de uma série de embates entre Judiciário, Legislativo e Executivo sobre o tema. A minuta apresentada não é final, ainda tá sendo discutida, mas mantém, entre outros pontos, o entendimento do Supremo que aponta que a proteção constitucional dos direitos dos povos originários sobre as terras não depende da existência do marco temporal.

Aline: Bom, vale lembrar que a tese do marco temporal, refutada pelo STF em 2023, defende que o direito à terra indígena só deve ser garantido se ficar comprovado que, em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, a área tava ocupada pelos indígenas ou ao menos comprovadamente sob reivindicação deles.

Aline: Outro ponto da minuta do Gilmar que suscitou uma intensa discussão é que ela prevê a possibilidade de exploração de recursos minerais em terras indígenas sem o consentimento dos povos afetados. A mineração poderia ocorrer a partir da autorização do Congresso e as comunidades indígenas não teriam poder pra frear nenhuma extração. O texto também prevê que obras de infraestrutura e empreendimentos considerados estratégicos pelo governo possam ser realizados em terras indígenas sem a permissão de quem vive nesses territórios.

Aline: A minuta foi elaborada a partir de sete sugestões apresentadas por membros da comissão de conciliação depois de mais de seis meses de reuniões do grupo. O documento foi apresentado na segunda-feira em um encontro da comissão, que tem entre seus membros órgãos do governo, representantes do agronegócio, entidades de meio ambiente e lideranças indígenas.

Aline: A audiência de conciliação de segunda-feira começou de manhã e terminou de noite sem consenso sobre os pontos apresentados. Esses que eu citei aqui, de rejeição da tese do marco temporal e da permissão de exploração das terras indígenas, são os mais controversos, mas o documento também traz propostas de mudanças no rito demarcatório, por exemplo, e da possibilidade de redimensionamento de terras já demarcadas.

Aline: Ao ser apresentado na segunda-feira, o texto encontrou resistências de todos os grupos sociais e econômicos envolvidos. A minuta parece não ter agradado nenhum dos lados.

Aline: A Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como bancada ruralista, representada na reunião pelo presidente do grupo, o deputado federal Bruno Lupion, do PP do Paraná, criticou na audiência a rejeição da tese do marco



[áudio Lupion]

A gente não pode deixar sem nada, sem nenhum parâmetro, sem nenhum encaminhamento de o que pode até quando pode. Senão, em qualquer momento, em qualquer dia, seja em 2025, seja em 2050, podem ir lá requerer uma área.

Aline: Mas quem parece estar perdendo nessa discussão desde o começo são os indígenas, em sua grande maioria alinhados ao fim do marco temporal. A Apib, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que saiu da comissão em 2024 por divergências com a condução das discussões, se manifestou na segunda-feira rejeitando a minuta.

Aline: O Mauricio Terena, que é coordenador jurídico da Apib, disse pro jornal Folha de São Paulo que “a situação é calamitosa. Esse texto é a expressão máxima de violência com os povos indígenas. Parece uma nova Constituinte do capítulo dos indígenas feita de maneira unilateral, para usurpar seus direitos”.

Aline: Na sexta-feira, o novo presidente da Câmara, Hugo Motta, do Republicanos da Paraíba, indicou a deputada bolsonarista Silvia Waiãpi, do PL do Amapá, pra uma vaga titular na comissão de conciliação. A decisão foi questionada, porque Waiãpi nunca tinha participado de nenhuma reunião da comissão. O questionamento veio principalmente da parlamentar Célia Xakriabá, do PSOL de Minas Gerais.

Aline: A deputada mineira, que é suplente no colegiado e por isso não tem direito à fala nem voto, afirmou que pediu em 2024 a titularidade, argumentando que participou de mais de 75% das reuniões, ao contrário da maioria dos colegas titulares, que tem média de 6% de presença. Célia Xakriabá foi impedida de sentar-se à mesa no encontro de segunda-feira no Supremo e se manifestou sobre o caso.

[áudio Célia]

Aqui não é o roteiro de uma novela Uga Uga que se pensa em fazer uma leitura de roteiro. Então, em deferência a quem ajudou a construir, independente de lado. Eu penso que uma proposta civilizada é uma proposta onde no mínimo se respeita.

Aline: Nessa fala, a Célia Xakriabá, que é contra o marco temporal, tá se referindo ao fato de Silvia Waiãpi, que é a favor do marco temporal, ter atuado na novela da TV Globo Uga Uga, de 2000. Waiãpi teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá em junho de 2024 por usar dinheiro público pra fazer harmonização facial. Apesar disso, ela continua a exercer o cargo até que a cassação



[áudio Célia]

Eu digo que é um ato de violência e um ato colonial porque a senhora é a única que vota em favor do marco temporal. Essa é uma estratégia, porque poderia colocar qualquer um. Mas o Congresso Nacional não, quis usar a senhora. Uma figura simbólica por ser uma mulher indígena. Nós estamos aqui, em pleno século 21, no ano de 2025, ano de COP, pra dizer que vai votar uma mulher indígena contra o direito de seu próprio povo. Não é direcionado pra senhora, eu tô dizendo que essa é uma velha arma colonial de estratégia.

Aline: A escolha de Hugo Motta de dar a titularidade para Silvia Waiãpi tá em consonância com as decisões de Arthur Lira, seu antecessor na presidência da Câmara. O deputado do PP de Alagoas privilegiou ruralistas ao escolher os parlamentares que integram a comissão: três dos quatro nomeados por ele pra participar do grupo são da Frente Parlamentar da Agropecuária, que é completamente a favor da tese do marco temporal. Ou seja, o grupo de conciliação, de partida, já é desigual pros indígenas.

Aline: O ministro Gilmar Mendes defendeu a minuta na segunda-feira dizendo que seu gabinete elaborou um “projeto que compatibiliza, na maior medida possível, as diferentes posições e preocupações externadas durante as reuniões e veiculadas nas propostas”.

Aline: A minuta do ministro vai ser discutida e alterada até o dia 24 de fevereiro. Uma sessão extraordinária foi reservada pro dia 27, caso a conciliação não seja atingida na próxima segunda-feira. Depois disso, o tribunal homologa o texto aprovado e ele segue pra avaliação do Congresso.

[mudança de trilha]

Aline: A ideia de determinar um marco temporal pra que povos tradicionais possam reivindicar determinado território se originou de uma decisão do próprio Supremo em 2009, quando o tribunal tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, feita em 2005 pelo governo federal.

Aline: No caso, relatado pelo então ministro Carlos Ayres Britto, o Supremo afirmou que a demarcação era constitucional e destacou que havia provas de que os indígenas já tavam naquela área na ocasião da promulgação da Constituição.



condicionantes mencionados no julgamento sobre a Raposa Serra do Sol não se aplicava automaticamente a outros casos de demarcação. Mesmo assim, a tese do marco temporal ganhou força.

Aline: Desde a decisão de 2009 do Supremo, a tese do marco temporal passou a ser defendida pela bancada ruralista do Congresso e foi usada novamente em outras decisões de turmas do tribunal. Em 2017, no governo Michel Temer, a AGU, Advocacia-Geral da União, editou um parecer em que defendia que o marco temporal seria aplicável a todas as terras indígenas do país, incluindo as já demarcadas. Na prática, o documento oficializou a tese, e foi usado pelo governo federal para paralisar e tentar reverter demarcações.

Aline: Associações indígenas, como a Apib, e acadêmicos consideram que estipular um marco temporal para demarcações é inconstitucional. Para eles, a tese ignora o histórico de violências e remoções forçadas às quais as comunidades estiveram expostas ao longo do tempo, do período colonial até os conflitos mais contemporâneos.

Aline: Em 2023, o marco temporal se tornou objeto de discussões intensas na política brasileira. O Supremo Tribunal Federal rejeitou a validade da tese em setembro daquele ano, considerando a interpretação inconstitucional. O Congresso, em reação, aprovou no mesmo mês uma lei que estabelece a ocupação em 1988 como regra para demarcações. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou trechos do texto, mas o Legislativo derrubou os vetos, e a lei foi promulgada em janeiro de 2024.

Aline: Partidos e associações entraram com ações no Supremo depois da aprovação da lei. Em abril de 2024, Gilmar Mendes, relator desses processos, suspendeu a tramitação de todas as ações judiciais sobre o tema. E propôs a negociação de uma conciliação sobre o marco. Foi assim que decidiu instaurar a comissão para, segundo ele, tratar as controvérsias entre indígenas e não indígenas envolvendo interesses jurídicos, sociais, políticos e econômicos.

Aline: A proposta de conciliação recebeu críticas de indígenas e de profissionais que defendem seus direitos. A advogada do Instituto Socioambiental Juliana de Paula Batista, disse em entrevista pro Nexo em agosto de 2024 que, “em vez de suspender a lei aprovada pelo Congresso, o Supremo toma uma medida inadequada para defender os direitos das minorias e coloca frente a frente partes adversas. Tudo isso tem como consequência postergar ainda mais os processos de demarcação, que são morosos.”

Aline: Toda essa indefinição, do Supremo rejeitando a tese e o Congresso promulgando uma lei contrária ao entendimento dos ministros, gerou insegurança



[mudança de trilha]

Aline: A primeira audiência da comissão de conciliação no Supremo aconteceu no início de agosto de 2024 e, segundo Juliana de Paula Batista, foi marcada por exemplos de violência institucional contra os indígenas, que por algum tempo foram impedidos de participar da reunião e, quando entraram no plenário, foram responsabilizados por violências sofridas.

Aline: Isso porque a reunião ocorreu em meio a disputas por territórios reivindicados pelos Guarani-kaiowá. Uma área no Mato Grosso do Sul ocupada pelo povo indígena tava naquele momento sendo alvo de um cerco de fazendeiros, com jagunços ferindo indígenas a bala. Apesar de não serem novos, os conflitos ficaram marcados por esses impasses em Brasília sobre o marco temporal, que restringe a demarcação de terras e acaba incentivando a instabilidade e a violência, segundo ativistas e indigenistas.

Aline: Na época, o marco temporal foi associado aos ataques no Mato Grosso do Sul. O Ministério dos Povos Indígenas, por exemplo, afirmou naquele mês que a instabilidade gerada pela tese tem como consequência não só a incerteza jurídica sobre as definições territoriais que afetam os povos indígenas. Ela também abre ocasião pra atos de violência que têm os indígenas como as principais vítimas.

Aline: Pros especialistas ouvidos pelo Nexo, quando o Congresso aprova uma lei como a do Marco Temporal e o Supremo não a suspende, existe uma expectativa passada tanto pelos parlamentares quanto pelos ministros do STF de que as terras indígenas vão ser desfeitas. Assim, os ataques contra os povos aumentam.

Aline: O Gustavo Vieira, que é presidente da instituição INA, Indigenistas Associados, disse pro Nexo que existe uma tríplice responsabilidade dos Poderes nessa indefinição toda: da União, que não demarca terras, e os processos se arrastam; do Congresso, que promulga uma lei com uma tese considerada inconstitucional; e do Supremo Tribunal Federal, que não age pra suspensão da legislação.

Aline: Pra Juliana de Paula Batista, é difícil acreditar que o STF não tem lado depois da criação dessa comissão. Segundo ela, “não se pode esmagar as minorias. Os indígenas estão buscando tutela contra o avanço das majorias para que eles possam continuar existindo com dignidade, e a função do tribunal constitucional numa democracia é justamente essa.”

Aline: O Durma com Essa volta já.

[mudança de trilha]



República por liderar uma trama golpista para se manter no poder após perder as eleições de 2022. No bloco “De Olho na Política” desta semana, a Isadora Rupp fala o que pode acontecer com o ex-presidente. Isadora, quais são as provas contra Bolsonaro que aparecem na denúncia?

Isadora: Antes de falar do que aparece contra o ex-presidente da República, é importante lembrar algo que os professores de Direito com quem eu conversei me disseram: para receber uma denúncia, bastam indícios de materialidade. E o que foi apresentado pela PGR traz uma narrativa coerente, com cronologia de datas, divisão por núcleos de atuação e outros elementos que são suficientes para a denúncia. Há uma série de troca de mensagens, documentos, além da delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, que embasam a procuradoria. Esses elementos também já estavam no relatório final sobre o caso apresentado pela Polícia Federal, encaminhado no final de novembro de 2024 para a PGR.

Um desses documentos é o que ficou conhecido como a minuta do golpe apresentada por Jair Bolsonaro aos comandantes das Forças Armadas para decretação de Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral. O episódio foi relatado por Cid em sua delação, mas há outras provas como uma mensagem que Bolsonaro recebeu por Whatsapp, no dia 18 de outubro de 2022, com um documento do word intitulado “suposta minuta”, que alegava interferências do Poder Judiciário no Executivo, o que justificaria as medidas extremas de decretação de prisão de Alexandre de Moraes e a realização de novas eleições.

Outro elemento que embasa a denúncia é um documento, criado pelo general da reserva Mário Fernandes, que ocupava o cargo de secretário-executivo na Secretaria-Geral da Presidência da República, chamado “Punhal Verde e Amarelo”, um planejamento operacional para assassinar Moraes, além de Lula e seu vice, Geraldo Alckmin. Esse documento foi criado no dia 9 de novembro de 2022. Quase um mês depois, em dezembro, Fernandes imprimiu o arquivo em uma sala no Planalto. Quarenta minutos depois, a entrada de Fernandes foi registrada no Palácio da Alvorada, que é a residência oficial do presidente.

A PGR cita na denúncia o papel dos envolvidos na construção e direcionamento de mensagens que passaram a ser difundidas em larga escala por Bolsonaro a partir de julho de 2021. Um dos materiais apreendidos pela Polícia Federal na residência do general Augusto Heleno, que era ministro chefe do GSI, o Gabinete de Segurança Institucional, foi uma agenda, com a logomarca da Caixa Econômica Federal, com anotações sobre a fabricação de um discurso contrário às urnas eletrônicas. Uma das



Há ainda várias trocas de mensagens entre os envolvidos, todos aliados de primeira hora de Bolsonaro. Agora, se isso vai se tornar prova suficiente para condenar alguém, essa é uma outra conversa.

Aline: E Isadora, depois da denúncia, o que acontece? Bolsonaro vai ser preso?

Isadora: O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, deu prazo de 15 dias na manhã desta quarta-feira para que os denunciados apresentem as suas defesas por escrito. Em seguida, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal decide se a denúncia será aceita ou rejeitada. Se eles entenderem que há indícios suficientes de cometimento de crime, a denúncia é recebida e o ex-presidente Bolsonaro vira réu. E aí, começa a fase chamada de instrução do processo, com o recolhimento de provas, solicitações de diligências e perícias. As partes e testemunhas também são ouvidas. A expectativa é que essa análise seja feita pelo Supremo ainda no primeiro semestre.

Quando essa etapa acaba, o relator do caso, Alexandre de Moraes, elabora o seu voto, e o julgamento só acontece depois que esse relatório é apresentado. Não há um prazo fixado em lei.

Caso Bolsonaro seja condenado, aí sim, ele poderá ser preso. A estimativa é que a pena passe dos 30 anos de prisão, mas os professores de direito com quem eu conversei me disseram que ainda é prematuro fazer essa projeção.

[mudança de trilha]

Aline: Javier Milei fez na sexta-feira uma publicação na sua conta pessoal no X que promovia o lançamento de uma nova criptomoeda. Horas depois, o presidente da Argentina apagou a postagem. No bloco “Além da Fronteira” desta semana, o Marcelo Montanini explica como o post do líder de extrema direita se transformou num escândalo político.

Marcelo: Como você disse, Milei impulsionou uma memecoin chamada Libra, que seria um projeto pra incentivar a economia argentina, financiando pequenas empresas e projetos de startups. Ele forneceu na publicação no X o link da página pra investir no ativo. A criptomoeda supervalorizou e, horas depois, se desvalorizou. O presidente argentino apagou a publicação.

Então, primeiro, vale destacar que memecoin é uma criptomoeda inspirada em assuntos do momento na internet ou de piada, sem qualquer valor real.



na sequência, fazer o resgate dos ativos e muito comum nesse universo cripto. É ao comum que tem nome. É chamada de puxada de tapete.

Depois do ocorrido, Milei disse que não estava ciente dos detalhes do projeto. Mas o escândalo já tava posto e ganhou o nome de criptogate.

O gabinete de Milei decidiu acionar o Escritório Anticorrupção pra apurar se houve conduta imprópria de algum membro do governo. Mas não foi o suficiente para aplacar as críticas. Milei é alvo de diversas ações judiciais por fraude, estelionato e outros crimes e de pedido de impeachment.

O presidente argentino nega que tenha agido de má-fé.

Essa não é a primeira vez que ocorre algo do tipo com Milei. Em 2021, quando era deputado, ele promoveu a CoinX, que está sendo investigada por fraude.

Na terça-feira, o jornal argentino La Nación publicou uma troca de mensagens entre os empresários envolvidos no esquema. Numa delas, o americano Hayden Davis diz que faz pagamentos à irmã do presidente, Karina Milei, que é secretária-geral da Presidência. A Casa Rosada não se manifestou.

[mudança de trilha]

Aline: A jornalista americana Liz Pelly descortina num livro recém-lançado uma estratégia do Spotify pra lucrar mais. O Antonio Mammi conversou com a autora e explica o caso no bloco “Tudo é cultura” desta semana. Antonio, o que a plataforma fez pra gastar menos com direitos autorais?

Antonio: Então, o pagamento de direitos autorais a grandes gravadoras sempre foi uma pedra no sapato do Spotify. Tanto que a empresa só foi registrar lucro pela primeira vez em 2024, 18 anos depois de ser fundada.

Pra isso, a empresa investiu em várias estratégias pra conseguir aumentar as suas margens de lucro, como a curadoria de playlists e a personalização algorítmica, quer dizer, o aplicativo prever o que você quer ouvir na sequência de uma música.

E nesse meio tempo o Spotify descobriu que a gente cada vez mais tem ouvido música como som de fundo pra executar outras tarefas. E pra que o Spotify teria que pagar direitos autorais altos pras gravadoras se a gente nem tá prestando atenção no que tá ouvindo, né?



Content, algo como conteúdo perfeito . Em uma ponta, a empresa fazia acordos com direitos autorais baixíssimos para produtoras que produziam músicas repetitivas e sem graça sob o nome de artistas falsos. E, em outra ponta, ela pressionava os editores do Spotify pra inserir essas músicas em playlists instrumentais, de jazz, estudo, meditação, e por aí vai.

E qual é a lógica disso? É que o Spotify paga os direitos autorais por cada reprodução de uma música. E à medida em que os ouvintes vão se tornando cada vez mais passivos, essa música barata fica rolando de fundo repetidamente.

Aline: E, Antonio, como isso afeta a música enquanto arte?

Antonio: Antonio: A Liz Pelly diz que esse fenômeno dos artistas falsos é resultado dessa estratégia do Spotify de moldar os hábitos dos ouvintes a playlists que denotam um certo estado de espírito.

Ela diz que o streaming treina as pessoas a ouvirem playlists felizes, tristes, introspectivas, agitadas. E que isso diminui o valor e o papel do artista, desconectando os ouvintes de quem produz música. E que além do impacto financeiro, existe também um impacto social e cultural, porque fazer música de qualidade se torna algo cada vez mais desestimulante materialmente.

Eu procurei o Spotify pra ouvir o que eles tinham a dizer sobre isso, e eles me responderam que a satisfação dos usuários é a principal preocupação da empresa.

Eu perguntei também pra Liz Pelly de que forma os consumidores podem contribuir pra produção de música de qualidade. E ela disse que um primeiro passo é evitar recomendações automatizadas ou clicar na coisa mais fácil à disposição.

Aline: Se você quiser ir mais fundo nos temas que a gente tratou no programa desta semana, entre em [nexojornal.com.br](https://www.nexojornal.com.br).

[vinheta]

Aline: Da mediação do Supremo no caso do embate sobre a tese do marco temporal, passando pela denúncia contra Jair Bolsonaro que diz que ele liderou uma tentativa de golpe, pelo escândalo político argentino provocado por uma postagem de Javier Milei e terminando com os artistas falsos que inundaram uma plataforma de música, Durma com Essa.



Mariana Vick, edição de texto de Suzana Souza, participações de Isadora Rupp, Marcelo Montanini e Antonio Mammi, produção de arte de Lucas Neopmann e edição de áudio de Brunno Bimbati, termina aqui mais um Durma com Essa. Semana que vem a gente volta. Até!

 The Trust Project [SAIBA MAIS](#)

EXTERNO Levantamentos mostram ampliação e diversificação de temas de interesse de pesquisadores no Brasil Sarah Schmidt

EXPRESSO Os 90 anos da morte misteriosa de uma estrela de Hollywood Sarah Coutinho

ENSAIO Como criar políticas públicas de saúde mental infantojuvenil Maria Fernanda Resende Quartiero, Pedro de Paula e Bruna da Silva Lima

EXPRESSO Onde o Supremo pode escorregar ao julgar a trama golpista Isadora Rupp

FAVORITOS 5 livros sobre crimes reais cometidos no Brasil Danilo Cymrot

NEWSLETTER GRATUITA

Nexo | Hoje

Enviada à noite de segunda a sexta-feira com os fatos mais importantes do dia



Este site é protegido por reCAPTCHA e a [Política de Privacidade](#) e os [Termos de Serviço Google](#) se aplicam.

GRÁFICOS

nos eixos

O melhor em dados e gráficos selecionados por nosso time de infografia para você



Este site é protegido por reCAPTCHA e a [Política de Privacidade](#) e os [Termos de Serviço Google](#) se aplicam.

DESTAQUES